



ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA

FICHA FORMATIVA DE HISTÓRIA

HISTÓRIA – 11ºANO

Ano letivo 2022/2023

GRUPO I – ABSOLUTISMO E PARLAMENTARISMO: DUAS CONCEÇÕES DO EXERCÍCIO DO PODER NO SÉCULO XVII

DOC. 1 – O PODER DO REI, SEGUNDO LUÍS XIV (1661)

É apenas à cabeça que pertence decidir e resolver, e todas as funções dos outros membros consistem apenas no desempenho das ordens que lhes são dadas. É por isso que eu sempre quis ser informado de tudo, tratando com os ministros estrangeiros (*embaixadores*), recebendo os despachos, e elaborando eu mesmo uma parte das respostas, dando aos meus secretários os assuntos de outros, para que os que desempenham os cargos mais importantes me deem conta dos assuntos, para poder conservar unicamente em mim a minha autoridade. Aquele que deu os reis aos homens (ou seja, Deus) quis que fossem respeitados como seus lugares-tenentes, reservando-se o direito de examinar a sua conduta. A sua vontade é que todo aquele que nasce súbdito obedeça sem contestação [...]. Esta subjugação que coloca o soberano na necessidade de receber a lei dos seus povos é a última calamidade em que pode cair um homem da nossa condição [...]. Por pior que possa ser um príncipe, a revolta dos seus súbditos é sempre infinitamente mais criminosa.

Luís XIV, *Memórias para servirem à instrução do delfim*, 1661.

DOC. 2 – O PODER DO REI, SEGUNDO JONH LOCKE (1689)

A liberdade natural do Homem é não reconhecer qualquer poder na terra que lhe seja superior, e não estar submetido à vontade de ninguém. A liberdade do Homem na sociedade é não estar submetido senão a um poder legislativo estabelecido por um acordo comum no Estado e não reconhecer qualquer autoridade ou lei além da que criou esse poder, de acordo com a missão que lhe foi confiada. É evidente, portanto, que a monarquia absoluta, considerada por alguns como o único governo no mundo, é realmente incompatível com a sociedade civil. O principal fim para o qual os homens se constituem em sociedade é para desfrutar da sua propriedade em paz e segurança. Ou fazer leis nesta sociedade como o melhor meio para atingir esse fim. Por conseguinte, nos Estados, o primeiro e fundamental direito é a lei que estabelece o poder legislativo. E nenhum édito, qualquer que seja a sua forma ou o poder que o sustenta, tem o carácter vinculativo de uma lei, se ele não for aprovado pelo poder legislativo, escolhido e nomeado pelo povo. [...].

John Locke, *Dois Tratados do Governo Civil*, 1689.

1. A afirmação de Luís XIV “Aquele que deu os reis aos homens (ou seja, Deus) quis que fossem respeitados como seus lugares-tenentes, reservando-se o direito de examinar a sua conduta.” refere-se à teoria ... 5 Pontos

- (A) da participação democrática do poder.
- (B) da divisão tripartida do poder.
- (C) da origem divina do poder.
- (D) da origem do poder ditatorial

2. A afirmação de Luís XIV de que “recebendo os despachos, e elaborando eu mesmo uma parte das respostas, dando aos meus secretários os assuntos de outros, para que os que desempenham os cargos mais importantes me deem conta dos assuntos” revela que ... 5 Pontos

- (A) o poder era exercido com recurso à descentralização das decisões governativas e administrativas.
- (B) o poder era exercido com recurso à regionalização das decisões governativas e administrativas.
- (C) o poder era exercido com recurso à partilha das decisões governativas e administrativas.
- (D) o poder era exercido com recurso à burocratização das decisões governativas e administrativas.

3. A afirmação de Luís XIV de que “todo aquele que nasce súbdito obedeça sem contestação” revela a conceção ... 5 Pontos

- (A) de uma sociedade de ordens, do Antigo Regime, com base no privilégio do nascimento e na desigualdade.
- (B) de uma sociedade de classes, da Idade Moderna, com base no mérito, no trabalho individual e na igualdade.
- (C) de uma sociedade de ordens, da monarquia francesa, com base no privilégio do nascimento e na desigualdade.
- (D) de uma sociedade de ordens, do Regime Antigo, com base no privilégio de nobreza, e na igualdade perante a lei.

4. John Locke quando afirma que “A liberdade natural do Homem é não reconhecer qualquer poder na terra que lhe seja superior “estava a negar ... 5 Pontos

- (A) o regime da monarquia parlamentar.
- (B) o regime de monarquia constitucional.
- (C) o regime da monarquia absoluta.
- (D) o regime da monarquia feudal.

5. Transcreva um argumento utilizado por John Locke para defender os direitos naturais do Homem. 15 Pontos

GRUPO II – O REFORÇO DAS ECONOMIAS NACIONAIS E TENTATIVAS DE CONTROLO DO COMÉRCIO E DAS ÁREAS COLONIAIS (do final do século XVII ao início do século XVIII)

Documento 2 -- A conceção de Colbert sobre a grandeza dos Estados (1664) Documento 2 – Manufatura de Gobelins (1667)

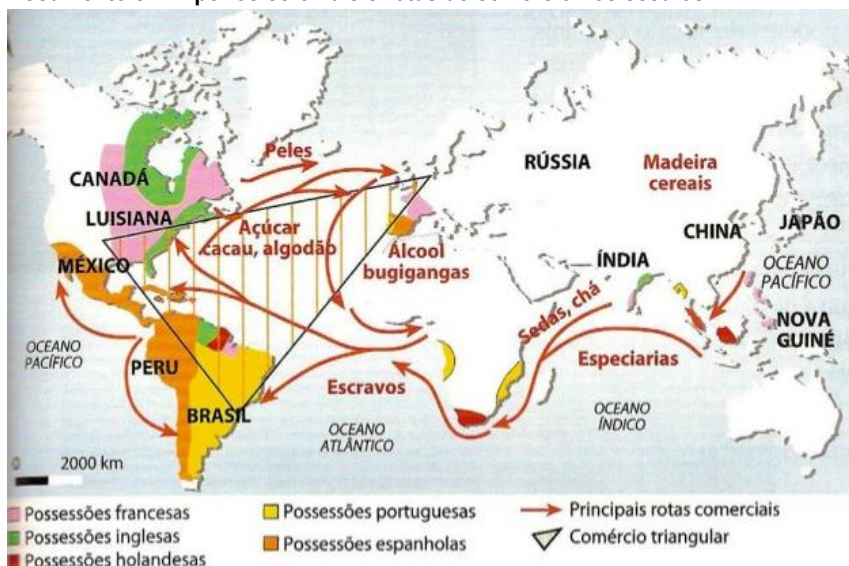
Se, ao poderio natural da França, o rei puder acrescentar o que a arte e a indústria do comércio pode produzir, [...] facilmente se deduzirá que a grandeza e o poder do rei aumentarão prodigiosamente. [...] As manufaturas de panos e sarjas e outros tecidos [...], as fábricas de papel, [...] de sedas, [...] de sabões [...] estavam e estão ainda quase totalmente arruinadas. Os holandeses [...] trazem-nos essas mesmas manufaturas para extrair de nós [...] os géneros necessários para o seu consumo. Ao contrário, se essas manufaturas estivessem bem estabelecidas, não só garantiríamos a nossa produção [...] mas também teríamos produtos para exportar, que provocariam a entrada de dinheiro, o que, numa palavra, é a finalidade do comércio, e o único meio de aumentar a grandeza e o poderio deste Estado.

Exposição de Colbert ao primeiro Conselho de Comércio [na presença do rei],
3 de agosto de 1664.



Luíx XIV (1) visita a manufatura de Gobelins, acompanhado por Colbert (2) (1667).

Documento 3 – Impérios coloniais e rotas de comércio nos séculos XVII-



1. Colbert, conselheiro de Luís XIV, que desenvolveu a orientação da política económica da França absolutista, sobretudo entre 1685 e 1683, apresenta, no documento 1, medidas para atingir os objetivos que preconizava. **15 Pontos**

Apresente:

- um argumento que evidencie um objetivo económico das medidas apresentadas;
- um argumento que evidencie um objetivo político das medidas apresentadas.

2. Colbert afirma a necessidade de garantir a “entrada de dinheiro” no reino, porque, segundo a doutrina económica que defende, a riqueza de um Estado dependia... **5 Pontos**

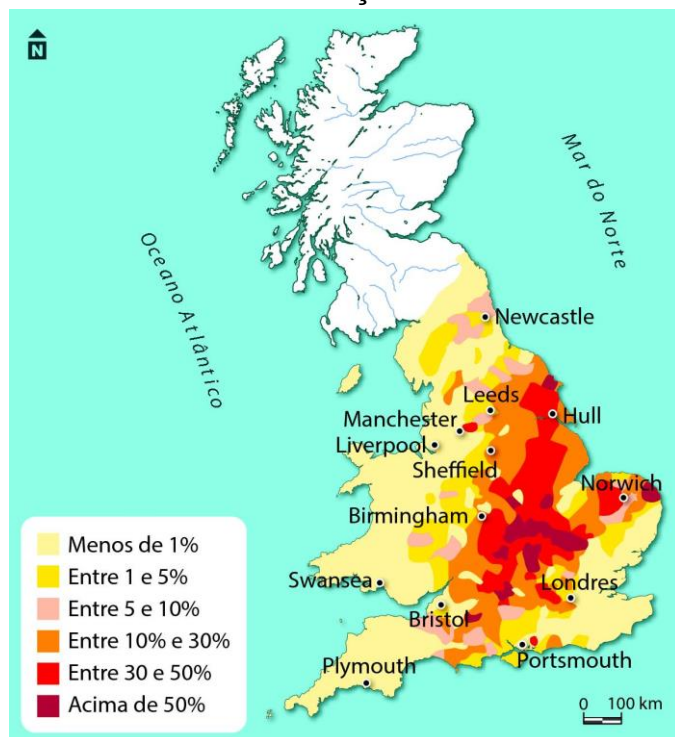
- (A) do aumento da produção e da autossuficiência do reino.
- (B) da acumulação de moeda de metal precioso, no tesouro.
- (C) do crescimento das atividades produtivas agrícolas.
- (D) do aumento do comércio interno e da agricultura.

3. **Associe** cada um dos elementos relacionados com o comércio colonial do século XVII-XVIII, presentes na coluna A, à designação correspondente, que consta na coluna B. **10 Pontos**

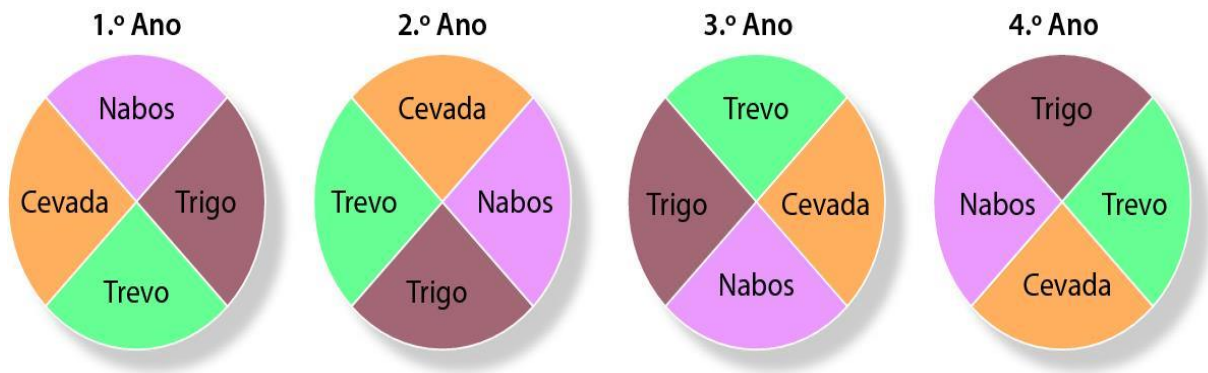
| COLUNA A | | COLUNA B |
|-------------------------|--|--|
| (a) Comércio triangular | | (1) Designa o comércio de mão de obra africana para as colónias, mas também para a metrópole, para assegurar o trabalho nas plantações, minas ou serviços domésticos. |
| (b) Exclusivo colonial | | (2) Designa a associação comercial que detêm o exclusivo de uma área ou produto comercial. |
| (c) Tráfico negreiro | | (3) Designa a rota entre as metrópoles europeias e a costa ocidental africana e os portos da América colonial atlântica e desta novamente à Europa, por onde se fazia o comércio colonial. |
| | | (4) Designa a conceção segundo a qual o comércio com e das colónias estava submetido ao controlo e aos interesses da metrópole que detinha os territórios coloniais |
| | | (5) Designa a diferença entre o valor de exportações e importações de um país. |

GRUPO III – A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

Doc. 1 – AS TRANSFORMAÇÕES AGRÍCOLAS EM INGLATERRA



A. Terras comunais em Inglaterra abrangidas pelos Atos do Parlamento, entre 1700 e 1850.



B. Nova forma de cultivo e de aproveitamento das terras.

1 **Nomeie** o processo representado no documento 1A. **5 Pontos**

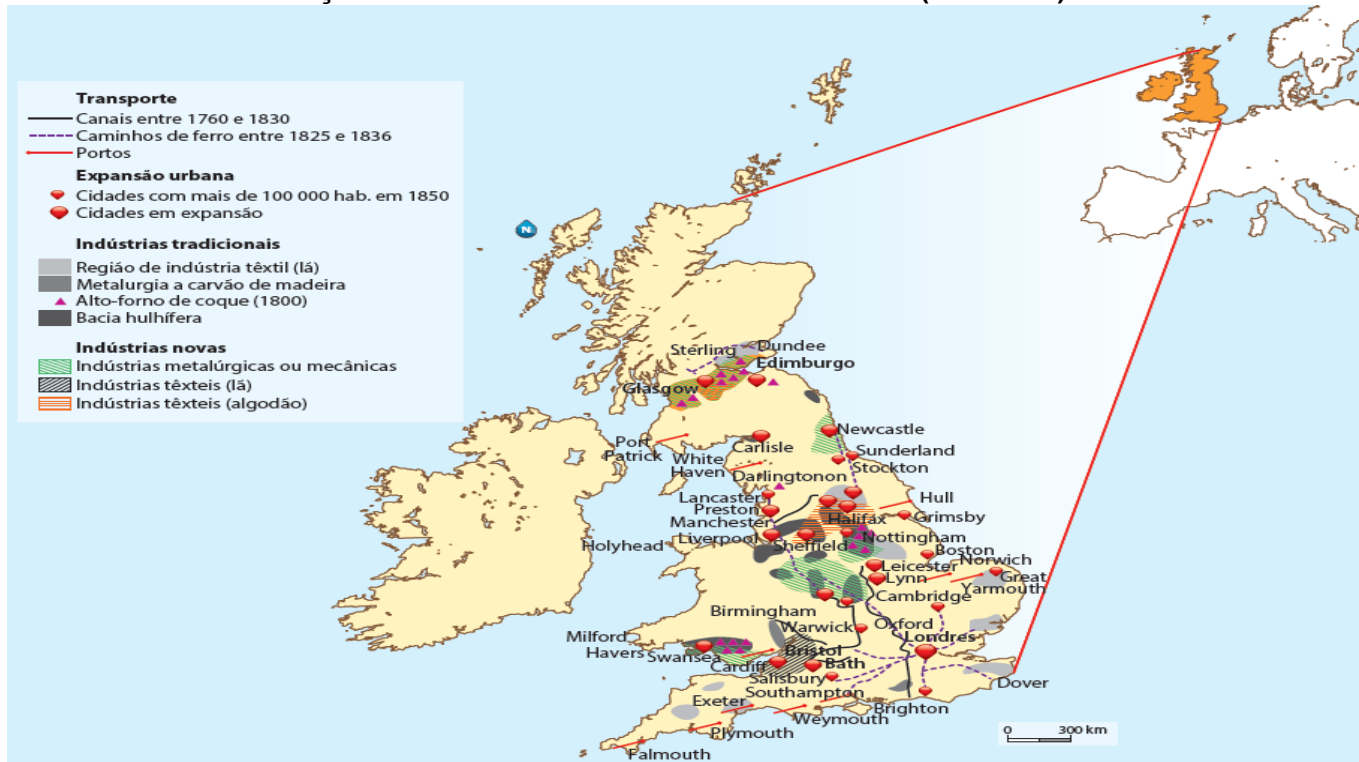
2 O sistema de afolhamento de rotação de culturas aplicado pela primeira vez em Norfolk denomina-se... **5**

- (A) sistema trienal de rotação de culturas.
- (B) sistema quadrienal de rotação de culturas.
- (C) sistema bienal de rotação de culturas.
- (D) sistema anual de rotação de culturas.

3. **Explique**, a partir dos documentos 1 e 2, três consequências das inovações técnicas na agricultura. **15**

GRUPO IV – O ARRANQUE DA ERA INDUSTRIAL EM INGLATERRA (c. de 1750)

DOC. 1 – AS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO PIONEIRISMO INGLÊS (1760-1850)



DOC. 2 – MANCHESTER: A CIDADE DA INDÚTRIA ALGODOEIRA (1835)

Manchester é a grande cidade manufatureira de tecidos, fio, algodão [...] como Birmingham é das obras de ferro, cobre e aço. Circunstâncias favoráveis: a 10 léguas (c. 50 km) do maior porto de Inglaterra [Liverpool] [...] melhor situado para receber seguramente, e em pouco tempo, as matérias-primas da América. Ao lado, as grandes minas de carvão [...] para fazer trabalhar a baixo preço as suas máquinas [...]. A 25 léguas (c. 125 km) do local do mundo onde melhor se fabricam as máquinas [Birmingham]. Três canais e um caminho de ferro para transportar rápida e economicamente para toda a Inglaterra e para todas as partes do globo os seus produtos. À cabeça das manufaturas, a ciência, a indústria, o amor do ganho, o capital inglês. No alto das colinas elevam-se 30 ou 40 manufaturas. [...]

Alexis de Tocqueville, *Oeuvres complètes: Voyages en Angleterre, Irlande, Suisse et Algérie, 1833-1835* [tradução adaptada].

1. Explícite dois fatores que favoreceram o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas. **15 Pontos**

Os dois fatores devem ser articulados com informação contida nos documentos 1 e 2.

2. Identifique a inovação técnica que permitiu a passagem da manufatura para o sistema fabril na Inglaterra. **5 Pontos**

3. Associe cada um dos elementos relacionados com a supremacia da Inglaterra na segunda metade do século XVIII, presentes na coluna A, com o seu significado que consta na coluna B. **10 Pontos**

| COLUNA A | COLUNA B |
|--------------------------|---|
| (a) Bolsa de valores | (1) Transações comerciais realizadas no interior das fronteiras, sujeitas à mesma regulamentação. |
| (b) Mercado nacional | (2) Transformação ocorrida com a introdução da máquina nos métodos, na organização e na produção de bens. |
| (c) Revolução Industrial | (3) Transações comerciais realizadas no exterior das fronteiras, sujeitas a diferentes regulamentações. (4) Transformação ocorrida com a introdução da produção manufatureira nos métodos, na organização e na produção de bens. (5) Instituição financeira autorizada a transacionar ações de empresas e companhias. |

GRUPO V – AS POLÍTICAS ECONÓMICAS PORTUGUESAS: DIFICULDADES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVII AO FINAL DO SÉCULO XVIII

DOC. 1 – A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO E DO DINHEIRO NOS REINOS (1675)

O comércio se faz, por permutação, ou por compra e venda: trocando [...] ou pagando a dinheiro. Deste princípio [...] seguem três estados de comércio: primeiro, rico; segundo, medíocre; terceiro, pobre. [...] Nós estamos no terceiro estado de comércio, e esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do reino. [...] Qual há de nós que traga sobre si alguma coisa feita em Portugal? [...] O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes [ofícios ou manufatureiras] [...]. Primeiro [...] a introdução das artes evitará [...] o dano que fazem ao reino o luxo e as modas. Segundo [...] tirará a ociosidade do reino. [...] Quinto [...] as rendas reais aumentarão. [...] O dinheiro nos reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo, de alimentar todas as partes dele. [...]

Duarte Ribeiro de Macedo, *Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, 1675.

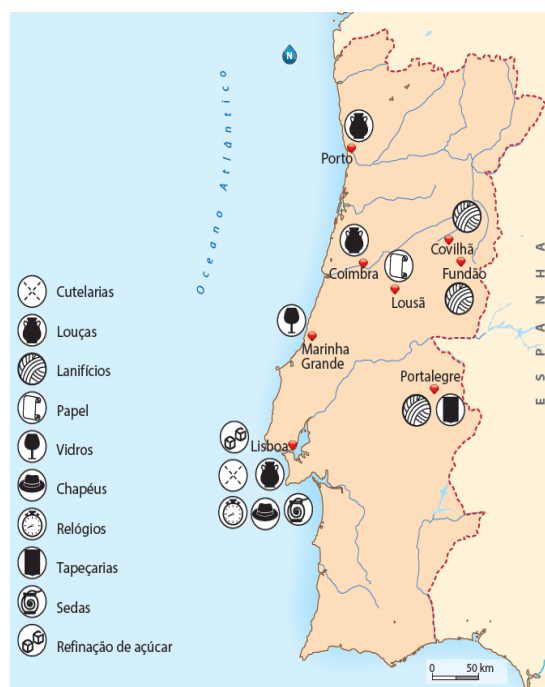
DOC. 2 – CONSELHOS DE D. LUÍS DA CUNHA AO FUTURO REI D. JOSÉ I (c. 1747)

Deus não pôs os cetros nas mãos dos príncipes para que descansassem, senão para que trabalhem no bom governo dos seus reinos [...]. V. A. [Vossa Excelência] achará certas e boas povoações quase desertas [...] e destruídas as suas manufaturas. A causa [...] vem a ser a Inquisição, prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com as suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos; tais manufaturas caíram porque os chamados cristãos-novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]. A segunda parte da causa [...] foi a permissão que o senhor rei D. Pedro deu aos ingleses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, quando antes os tinha proibido, [...] se por equivalente desta permissão a Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassem, de direitos, a terça parte menos que os de França; e isto bastou para que o tratado se concluísse e para que as nossas fábricas se perdessem. [...] O principal seria examinar quais são os produtos estrangeiros que poderíamos proibir [...], quais poderíamos nós mesmos fabricar, e quais poderíamos ir buscar diretamente nos nossos navios aos lugares aonde vão buscá-los os holandeses, para os mandarem para Portugal. Deixo à consideração dos nossos ministros fazer renovar a pragmática do senhor rei D. Pedro [...]. Alguém poderá arguir que, se se diminuir em Portugal o consumo dos géneros de Inglaterra, também se diminuirá a saída dos nossos vinhos; ao que respondo que, neste caso, tornarão as vinhas a ser terras de pão, como dantes eram, e teremos menos necessidade de que os celeiros estejam cheios de grão importado, que tira a venda ao da terra.

D. Luís da Cunha, *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*, c. 1747 [adaptado]

DOC. 3 - NÚMERO DE FÁBRICAS EM PORTUGAL: SETORES E DATAS DE FUNDAÇÃO (1769-1788)

| RAMOS | ATÉ 1769 | 1770-1777 | 1777-1788 |
|-------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Açúcar | 2 | 2 | 2 |
| Cerâmica | 1 | 2 | 11 |
| Chapelaria | 1 | 4 | 15 |
| Curtumes | 1 | 3 | 24 |
| Metalurgia | - | 4 | 20 |
| Quinquilharia | - | 3 | 18 |
| Papel | 2 | 2 | 2 |
| Têxteis | 4 | 26 | 84 |
| - algodão | 1 | 5 | 4 |
| - estampania | - | 1 | 18 |
| - lanifícios | 1 | 4 | 6 |
| - linho | - | - | 5 |
| - seda | - | - | 6 |
| - tinturaria | - | - | 13 |
| - meias de seda | - | 16 | 28 |
| Fio e tecidos de ouro e prata | 1 | - | 4 |
| Vidros | 1 | 1 | - |
| Bijuteria/pentes | 1 | 4 | 41 |
| Outros | 2 | 5 | 9 |
| Total | 15 | 56 | 234 |



Leonor Freire Costa; Pedro Lains; Susana M. Miranda, *História Económica de Portugal (1143-2010)*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2011, pp. 245-246.

1. A fim de promover a melhoria da situação económica do reino, Duarte Ribeiro de Macedo defende ideias que se enquadram numa doutrina económica em voga na época, designada ...**5**
(A) Liberalismo.

- (B) Capitalismo.
- (C) Mercantilismo.
- (D) Exclusivo colonial.

2. Transcreva um excerto do documento 1 que expresse um dos princípios fundamentais da doutrina económica defendida pelo autor. **15 Pontos**

3. D. Luís da Cunha apresenta, ao futuro rei D. José I, recomendações sobre política económica e social (Doc. 2). **15 Pontos**

Apresente:

- um argumento que expresse a ideia de **despotismo esclarecido** na ação política do futuro rei;
- um argumento que serviu de justificação à orientação da política social pombalina quanto aos cristãos-novos. (despotismo esclarecido – Forma de governação em que o rei governa de forma culta, esclarecida e iluminada pela Razão para o bem do povo)

Fundamente a sua resposta com a informação contida nos documentos.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos: **15 Pontos**

- (A) Sebastião José de Carvalho e Melo torna-se no principal ministro de D. José I.
- (B) Ascensão ao trono de D. João V, o *Magnânimo*.
- (C) Aprovação da pragmática contra o luxo, pelo conde de Ericeira, ministro de D. Pedro II.
- (D) Assinatura do Tratado de *Methuen*.
- (E) Fim da distinção entre cristãos novos e cristão velhos.

5. Desenvolva o tema, ***Do abandono da política mercantilista ao relançamento da prosperidade comercial pelo marquês de Pombal (1695 a 1775)***, abordando os tópicos de orientação seguintes: **30 Pontos**

- os fatores do declínio da política manufatureira no contexto do Tratado de Methuen e do afluxo do ouro brasileiro;
- as medidas de inspiração mercantilista na política económica e social pombalina e o seu impacto na situação económica do reino.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- evidencie a relação dos elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

Adaptado: Manual Porto Editora/Areal Editores

BOM TRABALHO

CLASSIFICAÇÃO – TESTE 11.º ANO - VERSÃO 1

GRUPO I – ABSOLUTISMO E PARLAMENTARISMO: DUAS CONCEÇÕES DO EXERCÍCIO DO PODER NO SÉCULO XVII

| ITENS | CORREÇÃO | PONTUAÇÃO |
|-------|----------|-----------|
| 1 | C | 5 |
| 2 | D | 5 |
| 3 | A | 5 |
| 4 | C | 5 |

5.

15 pontos

Afirmações:

- “A liberdade do homem na sociedade é não estar submetido senão a um poder legislativo estabelecido por um acordo comum no Estado (..)”;
- “A liberdade do homem na sociedade é [...] não reconhecer qualquer autoridade ou lei além da que criou esse poder, de acordo com a missão que lhe foi confiada.”

| Níveis | Descritores de desempenho | Pontuação |
|--------|--|-----------|
| 2 | Transcreve integralmente o excerto solicitado, respeitando as regras de transcrição. | 15 |
| 1 | Transcreve do excerto correto com erros de transcrição. | 10 |

Tópicos de resposta:

A nível económico:

- aumentar a produção nacional e diminuir as importações para evitar a saída de dinheiro **ou** de metal precioso **ou** desenvolver a produção nacional, sobretudo manufatureira a fim de aumentar as exportações para atrair moeda e metal precioso: “[...] teríamos produtos para exportar, que provocariam a entrada de dinheiro.” (DOC.1);
- desenvolver as manufaturas nacionais para garantir as necessidades internas e para a exportação: “se essas manufaturas estivessem bem estabelecidas, não só garantiríamos a nossa produção [...] mas também teríamos produtos para exportar, que provocariam a entrada de dinheiro.” (DOC.1);
- aumentar o tesouro da Coroa **ou** do Estado, através da dinamização do comércio, atraindo a entrada de moeda **ou** metal precioso: “o que, numa palavra, é a finalidade do comércio, e o único meio de aumentar a grandeza e o poderio deste Estado.” (DOC.1)

A nível político

- reforçar o poder do rei e do Estado absoluto: “Se, ao poderio natural da França, o rei puder acrescentar o que a arte e a indústria do comércio pode produzir (DOC.1) **ou** “a grandeza e o poder do rei aumentarão prodigiosamente” (DOC.1);
- garantir o aumento do poder do Estado e do rei absoluto: “a entrada de dinheiro, [...] o único meio de aumentar a grandeza e o poderio deste Estado.” (DOC.1).

2. 5 pontos
(B)

3. 10 pontos
(a) → (3) (b) → (4) (c) → (1)

1. *Enclosures* **ou** vedação das terras.

2. (B)

3. Tópicos de resposta: Articulação com os documentos

- maior produção e aumento da produtividade;
- associação da agricultura com a criação de gado;
- a prática da agricultura intensiva **ou** a vedação dos campos abertos provocou o fim do sistema comunitário e dos pastos comuns **ou** o emparcelamento associado às *enclosures* permitiu a concentração de terras e a formação de grandes propriedades onde se podia exercer uma agricultura de mercado, investindo na inovação e apostando no sistema de produção capitalista; (Doc.1^a)
- maior diversidade de alimentos para o consumo e para o comércio;
- abandono do pousio e maior aproveitamento das terras devido à adoção do sistema de rotação quadrienal de culturas (Doc.1B) **ou** adoção de novas técnicas agrícolas que associavam a cultura dos cereais às leguminosas e plantas forrageiras (Doc.1B) que enriqueciam os solos e alimentavam o gado;
- a concentração da propriedade e as inovações técnicas provocaram a libertação de mão de obra que teve de deslocar-se para as cidade e centros mineiros e industriais em busca de trabalho **ou** as transformações agrícolas libertaram mão de obra abundante a barata para o setor industrial

GRUPO II – O ARRANQUE DA ERA INDUSTRIAL EM INGLATERRA (c. de 1750)

1.

15 pontos

Tópicos de resposta:

- a construção de uma rede de transportes **ou** de canais navegáveis **ou** de caminhos de ferro (Doc. 1) (**ou** “A existência de uma rede de estradas e de canais” **ou** a facilidade de acesso a comunicações e transporte “Três canais e um caminho de ferro para transportar rápida e economicamente para toda a Inglaterra e para todas as partes do globo os seus produtos” (Doc.2) dinamizou o transporte de mercadorias e de matérias-primas (**ou** aproximou as regiões **ou** complementou as trocas **ou** dinamizou o investimento de capitais), permitindo a criação de um mercado interno nacional, sem barreiras (**ou** unificado **ou** que facilitou a circulação de mercadorias, pessoas e capitais);
- a situação geográfica facilitou a dinamização das atividades económicas e a circulação dos produtos “Circunstâncias favoráveis: a 10 léguas (c. 50 km) do maior porto de Inglaterra [Liverpool] [...] melhor situado para receber seguramente, e em pouco tempo, as matérias-primas da América.” (Doc.2);
- a existência de capitais abundantes e uma mentalidade investidora e inovadora “o apoio do capital” (Doc.2) (**ou** aberta à inovação e ao lucro **ou** aos progressos científicos associados à inovação técnica) favoreceram o apoio a novas técnicas e invenções que provocaram o aumento da produção “À cabeça das manufaturas, a ciência, a indústria, o amor do ganho, o capital inglês.” (Doc.2);
- a existência de recursos naturais como minas de carvão de vários tipos (por ex. coque, hulha) e de ferro, foram fundamentais para o desenvolvimento da metalurgia (Doc. 1) **ou** a proximidade das minas de carvão produzido em grande quantidade permitiu alimentar as máquinas (**ou** a abundância de fonte de energia (carvão) “Ao lado, as grandes minas de carvão [...] para fazer trabalhar a baixo preço as suas máquinas [...]” (Doc.2);
- a expansão e o crescimento das cidades **ou** expansão urbana (Doc. 1), devido ao aumento natural da população e ao êxodo rural, resultantes das transformações da propriedade (**ou** da Revolução Agrícola) que libertou mão de obra rural, abundante e barata, para as indústrias emergentes (**ou** para outros serviços nas cidades junto de minas, de indústrias e de portos) (Doc. 1);

- as invenções técnicas aplicadas à indústria têxtil (**ou** da lã e do algodão) favoreceu o arranque industrial **ou** a aplicação da máquina a vapor e de novas técnicas (Doc. 1) à indústria têxtil e metalúrgica favoreceu a passagem da manufatura à maquinofatura;
- o desenvolvimento da metalurgia com a aplicação de novas técnicas **ou** os altos fornos de coque (Doc. 1) permitiram altas temperaturas e contribuíram para obter ferro cada vez mais puro e necessário para alimentar as indústrias metalúrgicas ou mecânicas (Doc. 1).

| NÍVEIS | DESCRIPTORIOS DE DESEMPENHO | PONTUAÇÃO |
|--------|--|-----------|
| 4 | <ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, dois fatores que favoreceram o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 15 |
| 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, apenas um fator que favoreceu o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas e, de forma incompleta, um outro fator. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 14- 11 |
| 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, apenas um fator que favoreceu o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas ou apresenta, de forma incompleta, dois fatores que favoreceram o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 10 - 7 |
| 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma incompleta, apenas um fator que favoreceu o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, evidenciando a sua importância para a transformação das estruturas económicas. • Integra, de forma pouco relevante, informação do documento. • Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. <p style="text-align: center;">ou</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identifica apenas fatores que favoreceram o pioneirismo do arranque industrial ocorrido em Inglaterra, a partir de 1750, não integrando, ou integrando com falhas, informação do documento e utilizando a terminologia específica da disciplina com imprecisões. | 3 |

2. 5 pontos
 Aplicação da máquina a vapor à indústria **ou** invenção da máquina a vapor.

3. 10 pontos
 (a) → (5) (b) → (1) (c) → (2)

GRUPO III – AS POLÍTICAS ECONÓMICAS PORTUGUESAS: DIFICULDADES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XVII AO FINAL DO SÉCULO XVIII

1. 5 pontos
 (C)

2. 10 pontos
Afirmações:

- “Nós estamos no terceiro estado de comércio, e esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do reino.”;
- “O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino [...]”;

- “[...] O dinheiro nos reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo, de alimentar todas as partes dele. [...]”

| Níveis | Descritores de desempenho | Pontuação |
|--------|--|-----------|
| 2 | Transcreve integralmente o excerto solicitado, respeitando as regras de transcrição. | 10 |
| 1 | Transcreve do excerto correto com erros de transcrição. | 5 |

NOTA: As respostas que apresentem, além do excerto correto, a transcrição de outros excertos sem correspondência com o solicitado, são classificadas com zero pontos.

3.

15 pontos

Argumento utilizado por D. Luís da Cunha que expresse a defesa da ideia do despotismo esclarecido como base da ação política do futuro rei:

- valorização do exercício do poder absoluto do monarca orientado pela Razão “Deus não pôs os cetos nas mãos dos príncipes para que descansem, senão para que trabalhem no bom governo dos seus reinos”;
- defesa do despotismo esclarecido como forma de governo por garantir o bem comum **ou** o progresso dos povos e a sua felicidade.

Argumento utilizado por D. Luís da Cunha que serviu de justificação à orientação da política social pombalina quanto aos cristãos-novos:

- critica a ação da Inquisição e a perseguição aos cristãos-novos “a Inquisição, prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino”, fez com que levassem as “suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos”;
- condena a saída dos cristãos-novos do reino por ter provocado o declínio das manufaturas “os chamados cristãos-novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]”;
- promoção de uma política social que aboliu a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, com vista a enfatizar a importância desempenhada pelos primeiros no desenvolvimento das atividades económicas **ou** das manufaturas.

| NÍVEIS | DESCRITORES DE DESEMPENHO | PONTUAÇÃO |
|--------|---|-----------|
| 4 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, um argumento invocado por D. Luís da Cunha para expressar a ideia de defesa do despotismo esclarecido como base da ação política do futuro rei e um argumento que evidencia a orientação da política social pombalina quanto aos cristãos-novos. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 15 |
| 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, um argumento solicitado e, de forma incompleta, o outro argumento solicitado. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 14 -11 |
| 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, apenas um argumento solicitado ou apresenta, de forma incompleta, os dois argumentos solicitados. • Integra, de forma pertinente, informação do documento, podendo apresentar falhas pontuais. • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais. | 10 - 7 |
| 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma incompleta, apenas um dos argumentos solicitados. • Integra, de forma pouco relevante, informação do documento. • Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. | 3 |

4.

10 pontos

(C) – (D) – (B) – (A) – (E)

5.

30 pontos

Parâmetro A – Identificação e Explicação

1.º Tópico de orientação

- os fatores do declínio da política manufatureira no contexto do Tratado de Methuen e do afluxo do ouro brasileiro:

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- a política manufatureira do Conde de Ericeira foi marcada por medidas de inspiração mercantilista que procurava impedir a saída de dinheiro “O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes” (Doc.1), para obter uma balança comercial favorável “[...] esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do reino. [...] Qual há de nós que traga sobre si alguma coisa feita em Portugal? [...]”(Doc.1);
- a política mercantilista foi acompanhada pela adoção de medidas contra o luxo (**ou** aprovação das pragmáticas) “Primeiro [...] a introdução das artes evitará [...] o dano que fazem ao reino o luxo e as modas.” (Doc.1);
- o abandono da política protecionista e das pragmáticas que tinham sido adotadas durante o reinado de D. Pedro II “Deixo à consideração dos nossos ministros fazer renovar a pragmática do senhor rei D. Pedro” (Doc. 2), aumentou o consumo de bens de luxo importados **ou** contribuiu para a ruína das fábricas que tinham sido apoiadas **ou** criadas no contexto das políticas mercantilistas do Conde de Ericeira;
- a política manufatureira foi insuficiente para garantir e manter o desenvolvimento no setor, uma vez que a evolução das manufaturas foi lenta e pouco generalizada **ou** concentrou-se em setores tradicionais (**ou** têxtil) **ou** a falta de capitais e o facto da burguesia ser débil e pouco desenvolvida (**ou** os interesses da coroa e de uma elite nobiliárquica) acabou por fazer vencer os interesses do setor vinícola no Tratado de Methuen (**ou** levou ao fracasso e abandono da política protecionista que acentuou a debilidade das manufaturas nacionais **ou** a assinatura do Tratado de Methuen facilitou a entrada em Portugal dos tecidos ingleses **ou** agravou a incapacidade das manufaturas portuguesas concorrerem com os produtos ingleses);
- o Tratado de Methuen acentuou o défice da balança comercial com a Grã-Bretanha (**ou** a disparidade de valor dos produtos manufaturados importados e dos produtos agrícolas (vinhos) exportados contribuiu para acentuar a dependência portuguesa face a Inglaterra **ou** contribuíram para que o comércio nacional fosse controlado por estrangeiros) “foi a permissão que o senhor rei D. Pedro deu aos ingleses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, quando antes os tinha proibido, [...] se por equivalente desta permissão a Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassem, de direitos, a terça parte menos que os de França; e isto bastou para que o tratado se concluísse e para que as nossas fábricas se perdessem. [...]” (Doc.2);
- as remessas de ouro do Brasil contribuíram para pôr fim à política mercantilista (**ou** o pagamento dos produtos importados com ouro vindo do Brasil levou a que os ingleses se apropriassem do ouro brasileiro);
- a perseguição movida aos cristãos-novos e judeus contribuiu para a perda de capitais (**ou** acentuou a debilidade da burguesia portuguesa e da economia em geral) “causa [...] vem a ser a Inquisição, prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com as suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos; tais manufaturas caíram porque os chamados cristãos--novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]”(Doc.2);
- os gastos da corte de D. João V agravavam o défice financeiro do Estado (**ou** a política económica provocou uma crise e agravou a situação do Estado);
- a fraca qualidade dos produtos fabricados em Portugal dificultava a colocação dos produtos portugueses no estrangeiro **ou** aumentou o défice da balança comercial.

2.º Tópico de orientação

- as medidas de inspiração mercantilista na política económica e social pombalina e o seu impacto na situação económica:

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- a falta de recursos financeiros foi agravada pela crise do comércio colonial português (**ou** a dependência em relação à Inglaterra foi agravada pelas despesas e pelas necessidades de reconstrução após o terramoto de 1755 **ou** mobilização de recursos para a reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755) contribuiu para acentuar a debilidade das contas públicas;

- defesa da necessidade de elaboração de um programa de dirigismo económico (**ou** de características mercantilistas) articulado com o desenvolvimento de uma política de fomento industrial para o fortalecimento da economia nacional “V. A. achará certas e boas povoações quase desertas [...] e destruídas as suas manufaturas.” (Doc.2);
- aposta na revalorização do setor das manufaturas (**ou** concessão de privilégios às manufaturas para diminuir as importações **ou** artigos de luxo **ou** criação de manufaturas de ramos diversos) (Doc. 3) com apoio à formação de uma elite empresarial burguesa, provocou o aumento do número de manufaturas (Doc.3);
- implementação de uma política de fomento industrial (**ou** remodelação e criação de manufaturas em diversos setores), nomeadamente têxtil (**ou** outro exemplo) “O principal seria examinar quais são os produtos estrangeiros que poderíamos proibir [...], quais poderíamos nós mesmos fabricar” (Doc. 2);
- defesa da diminuição da dependência face a Inglaterra (**ou** desenvolvimento da agricultura e do cultivo de cereais em detrimento e controlo da ocupação das terras com a viticultura **ou** o Marquês de Pombal procurou disciplinar a produção e cultivo das vinhas criando uma regulação e demarcação para a produção do vinho do Porto através da criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro) “Alguém poderá arguir que, se se diminuir em Portugal o consumo dos géneros de Inglaterra, também se diminuirá a saída dos nossos vinhos; ao que respondo que, neste caso, tornarão as vinhas a ser terras de pão, como dantes eram, e teremos menos necessidade de que os celeiros estejam cheios de grão importado, que tira a venda ao da terra.” (Doc. 2);
- aposta no fomento comercial, com a criação da Junta do Comércio (**ou** de companhias monopolistas **ou** apoio ao comércio colonial em geral) “e quais poderíamos ir buscar diretamente nos nossos navios aos lugares aonde vão buscá-los os holandeses, para os mandarem para Portugal” (Doc.2);
- substituição das importações (**ou** aposta em ramos como o de chapelaria **ou** o de meias de seda) (Doc. 3) **ou** crescimento de novos setores fabris, quer em variedade, quer em número de unidades **ou** concentração de unidades fabris no centro do país (Doc. 3);
- alteração do estatuto da Inquisição que passou de tribunal religioso a tribunal político (Doc. 2) (**ou** subordinação da Inquisição à Coroa) **ou** a ação da Inquisição e a perseguição aos judeus e cristãos novos (**ou** convertidos ao cristianismo mas acusados de continuarem a praticar o judaísmo) provocou a saída de cristãos-novos do Reino “fazendo fugir outros para fora do reino” (**ou** fazendo com que levassem as “suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos”) (Doc.2) provocou o declínio das manufaturas “os chamados cristãos-novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]” (Doc. 2).

Parâmetro B – Articulação temática e Organização

A resposta evidencia a relação dos elementos apresentados com o tema ***Do abandono da política mercantilista ao relançamento da prosperidade comercial pelo marquês de Pombal (1695 a 1775)***, analisando o modo como a política económica portuguesa foi marcada por medidas de cariz mercantilista durante as últimas décadas do século XVII, medidas que foram abandonadas devido à conjuntura marcada pelo Tratado de Methuen e pela descoberta e afluxo do ouro brasileiro no final do reinado de D. Pedro II e D. João V, o que acabou por resultar na crescente dependência do mercado inglês e à saída de ouro; a política de Pombal implementou de novo orientações de cariz mercantilista que resultaram no reforço da proteção do mercado da concorrência e no desenvolvimento de setores económicos que permitiram alcançar a prosperidade comercial no final do governo pombalino e já no reinado seguinte.

Para cada tópico de orientação, pode explorar, pelo menos, uma das seguintes linhas de análise, ou outras consideradas relevantes:

- os fatores do declínio da política manufatureira no contexto do Tratado de Methuen e do afluxo do ouro brasileiro:

- análise do modo como a economia portuguesa, na segunda metade do século XVII, foi marcada por dificuldades, ligadas à crise do comércio colonial e ao atraso das estruturas produtivas;
- análise da adoção de medidas mercantilistas (política do conde de Ericeira, no reinado de D. Pedro II) que tinham em vista ultrapassar essa crise, mas as mesmas foram abandonadas na sequência do Tratado de Methuen e da descoberta do ouro brasileiro;

- as medidas de inspiração mercantilista na política económica e social pombalina e o seu impacto na situação económica:

- D. José I herdou uma economia em declínio, fortemente dependente da Inglaterra, situação a que a política económica e social pombalina procurou responder com a adoção de medidas de cariz mercantilista, visando o desenvolvimento das manufaturas e do comércio interno e colonial.
- análise da política económica pombalina, apoiada por medidas de caráter social, visando desenvolver uma burguesia nacional, criando também condições para um novo entendimento do papel social da nobreza,

abolindo privilégios ultrapassados, no contexto do pensamento do século XVIII (iluminismo) e do despotismo esclarecido.

Parâmetro C – Integração dos documentos

A resposta evidencia a mobilização da informação dos documentos de 1 a 3 para sustentar as linhas orientadoras do tema, que constam nos parâmetros A e B. Podem ser exploradas as linhas de leitura apresentadas abaixo (ou outras possíveis).

| | | |
|--------------------|--|--------------------------|
| DOCUMENTO 1 | <p>– a política manufatureira do Conde de Ericeira foi marcada por medidas de inspiração mercantilista “O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes (Doc.1), para obter uma balança comercial favorável “[...] esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do reino. [...] Qual há de nós que traga sobre si alguma coisa feita em Portugal?” (Doc.1);</p> <p>- a política mercantilista foi acompanhada da adoção de medidas contra o luxo, ou seja, as pragmáticas “Primeiro [...] a introdução das artes evitará [...] o dano que fazem ao reino o luxo e as modas.” (Doc.1)</p> | 1.º Tópico de orientação |
| DOCUMENTO 2 | <p>- o abandono da política protecionista e das pragmáticas que tinham sido adotadas durante o reinado de D. Pedro II ou defesa da ideia de adotar de novo as pragmáticas “Deixo à consideração dos nossos ministros fazer renovar a pragmática do senhor rei D. Pedro “(Doc. 2);</p> <p>os efeitos das cláusulas do Tratado de Methuen acentuaram a dependência económica em relação à Grã-Bretanha, e o controlo do comércio português pelos estrangeiros (ingleses) “foi a permissão que o senhor rei D. Pedro deu aos ingleses para meterem em Portugal os seus lanifícios, principalmente os panos, quando antes os tinha proibido, [...] se por equivalente desta permissão a Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassem, de direitos, a terça parte menos que os de França; e isto bastou para que o tratado se concluísse e para que as nossas fábricas se perdessem. [...]” (Doc.2).</p> | 1.º Tópico de orientação |
| | <p>- a perseguição movida aos cristãos-novos e judeus contribuiu para a saída de capitais acentuando a debilidade da burguesia portuguesa e da economia em geral “a causa [...] vem a ser a Inquisição, prendendo uns por crime de judaísmo e fazendo fugir outros para fora do reino com as suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos; tais manufaturas caíram porque os chamados cristãos-novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]” (Doc.2);</p> <p>- a necessidade do fortalecimento da economia nacional no reinado de D. José, articulada com o desenvolvimento de uma política de fomento industrial “V. A. achará certas e boas povoações quase desertas [...] e destruídas as suas manufaturas.” (Doc.2);</p> <p>- implementação de uma política de fomento industrial “O principal seria examinar quais são os produtos estrangeiros que poderíamos proibir [...], quais poderíamos nós mesmos fabricar” (Doc. 2);</p> <p>- aposta no apoio ao comércio colonial em geral “e quais poderíamos ir buscar diretamente nos nossos navios aos lugares aonde vão buscá-los os holandeses, para os mandarem para Portugal” (Doc.2);</p> <p>- a política social pombalina passou também pela alteração do estatuto da Inquisição, uma vez que a sua ação fazia com que os cristãos novos fugissem do Reino “fazendo fugir outros para fora do reino” (Doc.2) que levassem as “suas riquezas, por temerem que lhas confiscassem se fossem presos” (Doc.2) e fechassem as “manufaturas”, uma vez que “os chamados cristãos-novos as sustentavam, e os seus trabalhadores [...] foram viver em outras partes [...]” (Doc. 2).</p> | 2.º Tópico de orientação |
| DOCUMENTO 3 | <p>- aposta na revalorização do setor das manufaturas ou criação de manufaturas de ramos diversos (Doc. 3), com o apoio à formação de uma elite empresarial burguesa, evidenciado pelo aumento do número de manufaturas (Doc.3).</p> | 2.º Tópico de orientação |
| | <p>- a política pombalina apostou em ramos como o de chapelaria (ou o de meias de seda) (Doc. 3), verificando-se que depois da intervenção da política económica do marquês de Pombal, entre 1770 e 1777 para 1777-1788, houve o crescimento de novos setores fabris, quer em variedade, quer em número de unidades fabris, incluindo tecidos de luxo que registam 4 unidades fabris (Doc. 3).</p> | 3.º Tópico de orientação |

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:
 Compreensão histórica:
A – Identificação e explicação20 pontos
B – Articulação temática e organização 4 pontos
C – Integração de documentos 6 pontos

| Parâmetros | Níveis | Descritores de desempenho | PONTUAÇÃO | |
|-----------------------|--|---|--|--------|
| Compreensão histórica | A – Identificação e Explicação | 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 6 ou 5 elementos, distribuídos equilibradamente pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões. | 20 |
| | | 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 4 ou 3 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação, podendo apresentar outros de forma incompleta e/ou com imprecisões ou apresenta e explica, de forma completa, 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação e, de forma incompleta e/ou com imprecisões, pelo menos outros 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões. | 15 -10 |
| | | 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 3 elementos de um dos tópicos de orientação ou apresenta e explica, de forma completa, apenas 2 ou 1 elementos do conjunto dos tópicos de orientação. • Utiliza a terminologia específica da disciplina, apresentando algumas imprecisões e omissões. <p style="text-align: center;">ou</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identifica apenas elementos dos dois tópicos de orientação, utilizando a terminologia específica da disciplina com imprecisões. | 9 - 6 |
| | B – Articulação temática e Organização | 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente e clara, os fatores que conduziram ao abandono a política mercantilista, no contexto do Tratado de Methuen e da descoberta e afluxo do ouro brasileiro, em grande escala, no reinado de D. João V, evidenciando que, numa fase seguinte, durante o reinado de D. José, com a governação do marquês de Pombal, ter sido assegurado o relançamento da prosperidade comercial, através de medidas de cariz mercantilista, no contexto da política económica e social pombalina. • Organiza os conteúdos de forma coerente. | 5 -4 |
| | | 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente, embora nem sempre clara, os fatores que conduziram ao abandono da política mercantilista, no contexto do Tratado de Methuen e da descoberta e afluxo do ouro brasileiro, em grande escala, no reinado de D. João V, evidenciando que, numa fase seguinte, durante o reinado de D. José, com a governação do marquês de Pombal, foi assegurado o relançamento da prosperidade comercial, através de medidas de cariz mercantilista, no contexto da política económica e social pombalina. • Organiza os conteúdos com algumas falhas de coerência. <p style="text-align: center;">ou</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente e clara, os fatores que conduziram ao abandono a política mercantilista, no contexto do Tratado de Methuen e da descoberta do outro brasileiro ou evidenciando de que modo, numa fase seguinte, durante o reinado de D. José, com a governação do marquês de Pombal, ter sido assegurado o relançamento da prosperidade comercial, através de medidas de cariz mercantilista no contexto da política económica e social pombalina. • Organiza os conteúdos de forma coerente. | 3-2 |
| | C – Integração dos documentos | 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente e completa, informação contida nos três documentos para fundamentar a análise apresentada. | 5 -4 |
| 2 | | <ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente, embora com algumas falhas, informação contida em, pelo menos, dois documentos para fundamentar a análise apresentada. <p style="text-align: center;">ou</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente e completa, informação contida em apenas um documento para fundamentar a análise apresentada. | 3 -2 | |

| | | |
|---|--|------|
| 1 | • Integra, com falhas e de forma pouco pertinente, informação contida em, pelo menos, um documento para fundamentar a análise apresentada. | 1- O |
|---|--|------|

NOTA: Qualquer resposta que não atinja o nível de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA –AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 2

MATRIZ DA ELABORAÇÃO DO TESTE

DOMÍNIO/MÓDULO 4 – A Europa nos séculos XVII e XVIII – Sociedade, poder e dinâmicas coloniais

| CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS EM VIGOR | TERMINOLOGIA ESPECÍFICA | APRENDIZAGENS ESSENCIAIS CONCEITO (s) | GRUPO E ITENS | COTAÇÃO | COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA DISCIPLINA |
|--|---|--|---------------|---------|--|
| UNIDADE 2 – A EUROPA DOS ESTADOS ABSOLUTOS E A EUROPA DOS PARLAMENTOS - Estratificação social e poder político nas sociedades de Antigo Regime. - Recusa do absolutismo na sociedade inglesa; Locke e a justificação do parlamentarismo. | Absolutismo | Compreender os fundamentos da organização política e social do Antigo Regime e as expressões que a mesma assumiu. Compreender a recusa do absolutismo na sociedade inglesa à luz da fundamentação do parlamentarismo na obra de Locke. CONCEITOS: Antigo Regime Monarquia absoluta Ordem/estado Estratificação social Parlamento | I.1. | 10 | Analisar fontes de natureza diversa, distinguindo informação, implícita e explícita, assim como os respetivos limites para o conhecimento do passado (A; B; C; D; F; I). Utilizar com segurança conceitos operatórios e metodológicos da disciplina de História NOVA (C; D; F; I). Situar cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorreram (A; B; C; D; F; I). Identificar a multiplicidade de fatores e a relevância da ação de indivíduos ou grupos, relativamente a fenómenos históricos circunscritos no tempo e no espaço (A; B; C; D; F; G; H; I). |
| | Teoria da origem divina do poder | | I. 2. | 10 | |
| | Privilégios e obrigações das ordens ou Estados | | I. 3. | 10 | |
| | Sociedade de corte/ Meios de encenação do poder | | I. 4. | 10 | |
| | Direitos naturais | | I. 5. | 10 | |
| | | | I. 6. | 15 | |
| UNIDADE 3 – TRIUNFO DOS ESTADOS E DINÂMICAS ECONÓMICAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII - A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial. - Portugal – dificuldades e crescimento económico. - Da crise comercial de finais do século XVII à apropriação do ouro brasileiro pelo mercado britânico. - A política económica e social pombalina. A prosperidade comercial de finais do século XVIII. | Contrato social | Enquadrar o arranque industrial ocorrido em Inglaterra na transformação das estruturas económicas. Interpretar as políticas económicas portuguesas no contexto do espaço euro-atlântico. Enquadrar a política económica e social pombalina na prosperidade comercial de finais do século XVIII. CONCEITOS: Capitalismo comercial Protecionismo Mercantilismo Balança comercial Exclusivo colonial Companhia monopolista Comércio triangular Tráfico negroiro Manufatura Bolsa de valores Mercado nacional Revolução Industrial | II.1. | 15 | Elaborar e comunicar, com correção linguística e de forma criativa, sínteses de assuntos estudados (A; B; C; D; F; I; J). Desenvolver a capacidade de reflexão, a sensibilidade e o juízo crítico, estimulando a produção e a fruição de bens culturais NOVA (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J). Desenvolver a autonomia pessoal e a clarificação de um sistema de valores, numa perspetiva humanista NOVA (A, B, C, D, E, F, G, H, I). Desenvolver a consciência da cidadania e da necessidade de intervenção crítica em diversos contextos e espaços NOVA (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J). |
| | Divisão do poder | | II.2. | 10 | |
| | Revolução Agrícola | | II.3. | 10 | |
| | Enclosures | | III. 1. | 10 | |
| | Êxodo rural | | III. 2. | 10 | |
| | Bandeirante | | III. 3. | 15 | |
| | Inquisição | | III. 4. | 10 | |
| | Cristãos-novos | | III. 5. | 20 | |
| | Pombalismo | | | | |
| | Luzes | | | | |
| | Modernidade | | | | |
| | Revolução científica | | | | |
| UNIDADE 4 – CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE EUROPEIA - O método experimental e o progresso do conhecimento do homem e da natureza. - A filosofia das Luzes: apologia da razão, do progresso e do valor do indivíduo; defesa do direito natural, do contrato social | | Valorizar o contributo dos progressos do conhecimento e da afirmação da filosofia das Luzes para a construção da modernidade europeia. CONCEITOS: Iluminismo Soberania popular | IV.1. | 15 | SUBTOTAL: 35 pontos |
| | | | IV.2. | 10 | |
| | | | IV.3. | 10 | |

| | | | | | |
|-----------------------------|--|--------------------|--|---------------|--|
| e da separação dos poderes. | | Divisão de poderes | | | |
| | | | | 200 PONTOS | |

Tipologia de questões/itens (aplicada no teste)

Itens de seleção: escolha múltipla; associação; ordenação.

Itens de construção

resposta curta: implica, por exemplo, a apresentação de uma palavra; de uma expressão ou de uma frase (por ex. transcrição).

resposta restrita: a resposta implica, por exemplo, a apresentação de uma explicação ou de indicação de um determinado número de aspetos solicitados.

resposta extensa ou de composição: solicita uma resposta com maior extensão, podendo ser orientada por um conjunto de instruções de realização (por ex. tópicos de orientação).

Todas as questões têm por base documentos de natureza diversa, sendo obrigatório a integração dos mesmos, de acordo com o solicitado no